

Cr terios de acesso e perman ncia do aluno e do professor da educa o profissional nos moldes do PROEJA: pr tica docente e a constru o do conhecimento

Nildes Sales Moreira Pinto*

Adelino Barcellos Filho**

Resumo

Para contribuir com a Educa o de Jovens e Adultos (EJA) e com o Programa Nacional de Integra o da Educa o Profissional com a Educa o B sica na Modalidade da Educa o de Jovens e Adultos (PROEJA), este artigo resultou de pesquisas em editais de v rias institui es sobre o acesso e perman ncia do aluno e do professor nos moldes do programa. Buscou-se em diversos textos suporte cient fico   pr tica docente,   constru o do conhecimento,   forma o do homem como pensador e construtor de ideias visando a inser o dos grupos destinat rios na sociedade.

Palavras-chave: EJA. PROEJA. Pr tica docente. Constru o do conhecimento. Inser o dos grupos destinat rios.

Abstract

To contribute with the Young and Adults Education (EJA) and the National Program of Integration of Professional Education with the Basic Education in the Young and Adults Education Mode (PROEJA), this article resulted from research in edicts of various institutions about the access and permanence of the student and the teacher in the molds of the program. We tried on several text give scientific support to teaching practice, to the knowledge construction, the

* Graduada em Portugu s e Literaturas Brasileira e Portuguesa (Licenciatura Plena). P s-graduanda em Educa o Profissional nos moldes do PROEJA.

** Orientador. P s-Graduado em Educa o Profissional Integrada   Educa o B sica na Modalidade de Jovens e Adultos

formation of the man as a thinker and constructor of ideas seeking the inclusion of target groups in society.

Key words: EJA. PROEJA. Teaching practice. Construction of knowledge. Insertion of target groups.

Introdução

Destacar o fato de que, no Brasil, a motivação para o trabalho foi anterior ao estímulo para o conhecimento, exige ações. A ação educativa desde o período colonial, já era exercida pelos religiosos transmitindo normas de comportamento e ensinando ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, não priorizando a educação.

Este artigo avança no tempo e na história para abordar a implementação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), citando sua gênese e as limitações inerentes a esse processo, justificadas pelas pesquisas de Moura e Henrique, que apontaram resultados negativos a esse programa. (MOURA; HENRIQUE, 2007).

Falar desse início suscita rever os efeitos negativos, para os alunos, em consequência de os professores assumirem despreparadamente turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Justifica-se, também, pela contribuição advinda de informações a respeito dos desafios e possibilidades em que o tema de cursos de especialização é abordado. Justifica-se, ainda, pela evidência da necessidade de formação de um novo profissional que possa atuar na EJA e no PROEJA.

O PROEJA traz desafios políticos e pedagógicos em que há necessidades da participação social e da abrangência das diversas esferas e níveis de governo em um projeto que não dispense uma escola valorizadora do conhecimento, porém, estritamente ligada ao mundo do trabalho, numa visão de inclusão nessa sociedade desigual.

Tratar a educação como direito, garantia de todos e condição primordial à existência humana, citando a Constituição Federal, tem o propósito de ressaltar a importância do acesso e permanência dos sujeitos jovens e adultos aos programas, projetos e ações que configuram a política pública para a EJA e o PROEJA.

Refletir sobre recursos humanos e a formação continuada de professores, orientadores e gestores é fundamental, pois, em um mundo globalizado, negar aos profissionais desta área essa constância de reformulação de conhecimentos é destinar toda e qualquer iniciativa de educar ao fracasso.

Portanto, preparar, inovar, “reeducar” e conscientizar tais profissionais da área de educação a respeito dos diversos desafios na implementação do PROEJA configura-se primordial para aqueles que se encontram envolvidos no processo para que possam vencer suas próprias limitações, e, a partir daí, lutar e vencer os obstáculos do programa que ainda persistem.

Pretende-se ir um pouco além, expondo os diversos critérios de seleção para o acesso dos candidatos aos cursos “ofertados” nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF’s) e variadas instituições parceiras, oferecedoras do programa, desafiadas a contribuir para o acesso e permanência do público-alvo, quais sejam: negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, trabalhadores subempregados, desempregados, trabalhadores informais. Propõe, ainda, a aplicação de um critério mais condizente à inserção dos grupos destinatários ao PROEJA, tornando-os cidadãos visíveis.

Buscar um diálogo com essa questão conduzirá a duas proposições: divulgação mais eficaz, proporcionando maior clareza às pessoas que necessitam ser beneficiadas e oferecer alternativas na escolha do critério que vise garantir oportunidade mais justa a elas. O artigo traz, para além do citado desafio, a instigante leitura, por meio de editais, o critério de acesso dos profissionais atuantes como professores das instituições proponentes do programa, buscando respostas pautadas na pedagogia, de um melhor perfil de educador nos moldes do PROEJA.

Priorizar a “reeducação” dos profissionais da área do ensino não quer, de maneira alguma, dizer que eles estejam com déficit de instrução, de civilidade, de capacidades física ou moral, de formação das faculdades intelectuais, de polidez ou de cortesia. E, mesmo que possam ocorrer tais fatores, não se trata de generalizar e nem de se ater ao assunto, pois não é este o objeto de estudo deste artigo. Portanto, versar sobre o tema “reeducar” tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento de atitudes e disciplinas pautadas na ciência como provedoras de uma melhor qualidade de vida e automotivação para a desafiadora prática educativa transformadora.

Destina-se, ainda, a informar, motivar e contribuir com professores, orientadores e gestores do ensino no Brasil, e, mais especificamente, com aqueles envolvidos com a EJA e o PROEJA, oferecendo informações essenciais para um bom desempenho, tais quais – “como o aluno aprende”, “a reconstrução do conceito de ‘professor’ como educador”, “a reeducação como docente-discente” (o professor desempenhando concomitantemente a posição de professor e constante aprendiz), “a formação de pensadores e não meros repetidores de informações”.

Este trabalho pretende fazer uso dos conhecimentos de Paulo Freire, ora citando-o, ora comentando suas informações. Também se apropriará dos estudos de Vygotsky, pois conhecer um pouco das idéias pedagógicas construídas no passado como conquistas da humanidade leva as pessoas a prosseguir em busca de novos conhecimentos, o que será feito pelo acréscimo de informações através das investigações de longos anos, o que resultou na teoria revolucionária “Inteligência Multifocal”, uma análise da construção dos pensamentos e da formação dos pensadores, do cientista e psiquiatra da atualidade Dr. Augusto Jorge Cury, a fim de oferecer informações inerentes ao processo de aquisição do conhecimento, submetendo-as em benefício à prática docente no ensino da EJA e do PROEJA.

Itinerários da educação básica no estado brasileiro

Muito se discute sobre o resgate social dos que estão à margem da sociedade, dos excluídos, dos que permanecem na invisibilidade, a fim de que se encontrem soluções para essa imensurável questão. Os passos têm sido dados ao encontro desses sujeitos que sobrevivem atados no “vale” da existência, lugar onde as sombras da História e da Política, por vezes agem como forças oponentes a saída dessas pessoas para os campos abertos da liberdade humana.

[...] Quando realizamos essa jornada intelectual, nunca mais somos os mesmos, pois começamos a repensar e reciclar nossas posturas intelectuais, nossas verdades, nossos paradigmas socioculturais, nossos preconceitos existenciais. [...] Começamos a enxergar que todos os seres humanos possuem a mesma dignidade intelectual, pois mesmo um africano, vivendo em dramática miséria, possui a mesma complexidade nos processos de construção da inteligência que os intelectuais mais brilhantes das universidades. (CURY, 2006, p. 13-14).

Um desses passos firmes é a educação como um dos direitos de inclusão social e como garantia de construção de uma sociedade mais justa para os sujeitos marginais ao sistema.

A dignidade humana e as condições materiais da existência não podem retroceder aquém de um mínimo, pois sem esse mínimo imprescindível à existência, interrompe-se a possibilidade de sobrevivência do homem e afastam-se as condições iniciais da liberdade. A educação faz parte deste mínimo, existindo outros direitos e garantias que o compõem, como os direitos individuais previstos no art. 5º da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, [...]”

A educação é uma condição básica na qual a liberdade está fundamentada. Validam-se, os direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Hoje, o campo da educação de jovens e adultos configura-se nas políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais, legitimado no Art. 211 (§2º e §3º) de nossa Constituição: § 2º “Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”; § 3º “Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio”.

De acordo com o Parecer 11/2000, em uma sociedade predominantemente grafocêntrica e sendo a leitura e a escrita bens relevantes, de valor prático e simbólico, o indivíduo que não esteja igualmente equiparado aos letrados vê-se na impossibilidade para suas conquistas. Ainda hoje, os descendentes destes grupos sofrem impedimentos da plena cidadania por conseqüências desta realidade histórica.

Tendo o problema, no Brasil, raízes de ordem histórico-social, problema este resultante do caráter inferior oferecido pelas elites dirigentes à educação escolar de negros escravizados, índios reduzidos, caboclos migrantes e trabalhadores braçais, entre outros, permanecem os modelos do país cujos conceitos produtivos de análise se fundamentam em pares contraditórios e duais: “Dois Brasis”, “oficial e real”, “tradicional e moderno”, “casa grande e senzala”, “capital e interior”, “urbano e rural”, “cosmopolita e provinciano”, “litoral e sertão” “alfabetizados e analfabetos”, “letrados e iletrados”. (PARECER 11/2000).

Mesmo com os problemas citados, sabe-se que, nos anos 90, houve na educação básica um aumento quantitativo da oferta pública; no entanto,

essa ampliação não veio associada a aperfeiçoamento qualitativo. Como apenas expandir o acesso às classes populares sem promover mudanças nos fundamentos das práticas pedagógicas não gera transformações, nosso sistema educacional permanece reproduzindo modelos culturais de classes sociais diversas dos alunos, comprometendo a qualidade do processo educacional.

Além deste problema, a dualidade pública versus privada, o insucesso no ensino fundamental “regular” e a evasão persistem. Tais fatores geraram um novo tipo de exclusão educacional, somando, assim, mais este desafio, manifestado pela juvenização como um novo perfil de educandos da EJA e do PROEJA.

Essa nova modalidade de exclusão educacional acompanhou a expansão do ensino público que acabou por produzir um grande número de jovens e adultos que, apesar de terem passado pelo sistema do ensino, nele realizaram aprendizagens incapazes de lhes dar suporte para aplicação, com autonomia, dos conhecimentos obtidos em seu dia a dia.

Observa-se como produto desse processo, na população, a crescente substituição dos analfabetos absolutos por um grande contingente de jovens e adultos cuja falta de domínio ou posse precária da leitura, da escrita e do cálculo vem sendo caracterizada como analfabetismo funcional. Portanto, o desafio não recai somente sobre uma população que jamais frequentou a escola, mas também sobre essa nova peculiaridade de analfabetismo que carece de uma ampliação do atendimento na educação. Nas palavras de Soares (1998) tem-se o esclarecimento de que: “[...] alfabetizado nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e escrever, não aquele que adquiriu o estado ou condição de quem se aprimorou da leitura e da escrita”.

A mesma autora diz que: “Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. [...]”.

Constata-se, portanto, que “[...] não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente”.

Em resposta a esses questionamentos, a EJA no Brasil é criada como uma nova modalidade que implica um modo próprio de fazer educação, indicando que as características dos sujeitos jovens e adultos, seus saberes e experiências do estar no mundo são guias para a formulação de propostas curriculares político-pedagógicas de atendimento. Surge para enfrentar as descontinuidades e integrar à educação básica uma formação profissional que contribua para a integração socioeconômica daqueles que não tiveram

oportunidade de acesso à educação, na faixa etária ideal.

Além de todos os fatores citados, um novo divisor entre cidadãos se dá na possibilidade ou não do acesso a formas de expressão e de linguagem baseadas na micro-eletrônica, pois tais linguagens são indispensáveis para o mercado de trabalho e para uma cidadania contemporânea.

Portanto, um dos fins da EJA e do PROEJA é lutar para fazer a reparação desta realidade, dívida inscrita em nossa história social e na vida de tantos indivíduos. Estando o professor na posição de elo entre dívida e indivíduos, constata-se que a realidade do professor é extremamente difícil, em se tratando de uma ocupação de responsabilidade em levar outros sujeitos a encontrarem uma saída do labirinto de uma sociedade excludente e, simultaneamente, encontrar sua própria saída, uma vez que, no Brasil, o professor também sofre discriminação. Inicia-se uma caminhada observável de fatores contundentes como forma de motivar os educadores a aceitarem os desafios que serão propostos e mais bem esclarecidos mais a frente deste trabalho. Desafios estes, referentes aos relacionamentos professor-aluno e a maneira de o educador relacionar-se consigo mesmo, portanto na condição docente-discente.

Confirmando essa condição de complexidade para o desenvolvimento do trabalho do professor, destaca Moura e Henrique (2007), que a grande maioria das instituições não haviam atuado na modalidade EJA, cujo objetivo é o de abarcar o público de jovens e adultos dos níveis fundamental e médio que tiveram sua trajetória escolar marcada pela interrupção por frágeis políticas públicas, até o surgimento do PROEJA.

Ao afirmar que a grande maioria das instituições não tinham exercido atividades com a modalidade EJA, explicita-se que os profissionais da área não haviam recebido cursos de capacitação para atuarem com clareza sobre o conjunto de informações inerentes ao programa. Mesmo hoje, em 2010, algumas oportunidades têm sido oferecidas, contudo a demanda é bem maior que a oferta, profissionais ainda não foram devidamente preparados, outros nem minimamente, para contribuir de forma consciente com o programa, cuja importância é imensurável para efetivar o objetivo de levar o coletivo marginalizado ao PROEJA. Muitos professores, orientadores e gestores permanecem desinformados quanto ao objetivo, concepções, princípios, projeto político-pedagógico integrado e os aspectos operacionais do já citado programa. O que se pretende citando esse desencontro¹ ocorrido no início da implementação do PROEJA é a constatação de que, não havendo

¹ Sobre outros equívocos e desencontros, ler *Histórias do PROEJA: entre desafios e possibilidades*. De Henrique Dante Moura e Ana Lúcia Sarmento Henrique, 2007. Ed. do CETET RN.

discussão e avaliação da matéria em tempo hábil, isso traz prejuízos ao programa e insegurança aos professores.

Como o PROEJA tem como expectativa maior a integração da educação profissional à educação básica visando alcançar a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, podendo ter no trabalho uma capacidade criativa que promova manutenção, impõe-se, assim, a formação de soluções para inúmeras questões desafiadoras, tais como: mecanismos de assistência que contribuam para a permanência e a aprendizagem, o favorecimento do proveito de conhecimentos através do estudo, da observação e da experiência do estudante; a falta de infraestrutura para oferta dos cursos que atendam à realidade de cada comunidade específica; a formação no todo do profissional; a organização curricular integrada do conhecimento do ensino médio à prática e a utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante.

Visando à superação de todos esses desafios, os cursos PROEJA podem ser oferecidos das seguintes formas:

I. Educação profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos; II. Educação profissional técnica concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos; III. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos; IV. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos. (GOMES e VALDEZ, 2009, prefácio).

Citadas as formas de oferecimento dos cursos menciona-se:

[...] objetivando atender a demanda dos grupos destinatários do programa e para sua expansão, as instituições que poderão adotar cursos no âmbito do PROEJA e nos devidos termos do Decreto nº. 5.840/2006, instituições públicas dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal, entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades vinculadas ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social do Transporte (Sest),

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). (MEC/SETEC/PROEJA - Documento Base Ensino Médio, 2007, p. 57).

Cientes das distorções no contexto dos níveis, ofertas e demandas no âmbito da EJA e, conscientes da importância do direcionamento claro e preciso, das políticas de formação e qualificação profissional para o exercício da docência na EJA e PROEJA, por meio deste artigo buscamos evidenciar propostas que ressaltem o papel dos educadores da EJA.

Critérios de acesso e permanência dos alunos nos moldes PROEJA

Ao buscar com veemência a organização de uma sociedade que tenha o sistema educacional com condições de proporcionar a todos os cidadãos acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita, unitária com qualidade para as faixas etárias e ainda, dando a jovens, homens e mulheres o direito de aprender por toda a vida, destaca-se a educação, enquanto fator de integração social e garantia de desenvolvimento aos diversos segmentos da população.

No entanto, para que se concretize o acesso de todas as comunidades que compõem esses conjuntos populacionais, devido à imensa extensão de nosso país e à diversidade de “Brasis”, podemos sugerir propostas de divulgação das ofertas educativas, nos moldes do PROEJA.

Como primeira proposta, faz-se necessário que os profissionais responsáveis pela divulgação do programa se coloquem no lugar desses indivíduos, pois somente assim, será possível, cada um em seu particular espaço, definir acertadamente a divulgação mais eficaz para sua comunidade. Por exemplo: divulgação móvel, *outdoor*, *banner*, *folder* (deixados em locais estratégicos para serem pegos livremente: comércios, consultórios, escolas etc.), folhetos (distribuídos em pontos de maior concentração de pessoas), divulgação em festas típicas e/ou sazonais da localidade, feiras livres, depoimentos de educadores e educandos nos meios de comunicação disponíveis na localidade, convite a comunidade para visita ao campus em data determinada, visita dos profissionais dos IF's nas comunidades (casa em casa) e, certamente, outras propostas criativas que possam ser viabilizadas, com observância das regras de divulgação permitidas às instituições federais.

Como segunda proposta ratificando a primeira (perenidade de divulgação, pois não é somente em época de inscrições para preenchimento das vagas que se consegue uma propagação em sua totalidade), as instituições precisam atrair o público-alvo da EJA e do PROEJA para esclarecimentos sobre importância do "estudo" na sociedade em que a ciência, a tecnologia e a cultura assumem características e valores em destaque, haja vista as transformações do sistema capitalista de produção. Compreende-se que, as pessoas social e geograficamente excluídas, encontrem maiores dificuldades de acesso à informação, permanecendo alienadas, sem reconhecimento de seus direitos.

Ainda tratando do tema acesso, apesar da autonomia concedida às instituições no que diz respeito à critérios para a democratização da inserção, as instituições proponentes do PROEJA precisam assegurar a seriedade dos objetivos prioritários para garantir o sucesso do programa.

O Documento Base do PROEJA declara:

Os cursos deverão ser gratuitos e de acesso universal segundo os critérios do Programa [...], podendo a seleção ser ofertada por meio de processo seletivo simplificado, sorteio, entrevistas ou a combinação de vários instrumentos seletivos ou outros meios que a escola venha a adotar, considerando-se, imprescindivelmente, a condição de democratização do acesso. (MEC/SETEC, 2007, p. 55).

Muito embora tal declaração tenha a intenção de afastar as dificuldades para as instituições proponentes do programa no processo de inserção, abrindo um leque de opções, dando legalidade a variados critérios, abrigou possibilidades e probabilidades de injustiças, consciente ou inconscientemente².

Das leituras feitas dos editais de alguns Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, exemplificado neste trabalho com – Tocantins, Baiano e seus Campus, Goiás e seus Campus, Farroupilha e seus Campus e Fluminense e seus Campus, sendo cada um de uma região do país, nota-se a preocupação em acertar na escolha do critério de seleção e, confirma-se tal preocupação ao acrescentar “ações afirmativas” como: percentual de vagas reservadas ou vagas extras para alunos oriundos de escola pública e zona rural; adicionar pontos ao, somatório total obtido na

² Outros comentários sobre critérios de acesso excludentes do aluno no PROEJA, ler *Dialogando PROEJA: algumas contribuições*/ Organizado por Cristina Guimarães, Guiomar Valdez. Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2009. Cap. 6, p. 107-116.

prova escrita aos candidatos concorrentes de localidades dentro do próprio município que necessitam dessa contemplação, trabalhadores em efetivo exercício de suas funções, experiência profissional relativa a, no mínimo, um período de um (01) ano, devendo estar, no momento da inscrição, em efetivo exercício de suas funções, comprovado por meio de documentos. Dessa forma, é preciso uma continuidade da busca por identificar os reais impedimentos para que os sujeitos excluídos sejam favorecidos, e, assim ocorra a democratização de acesso.

Quadro 1 – Processos seletivos 2010/2011

Região	Instituto	Campus	Critério	Ação Afirmativa
Norte	IFTocantins	Paraíso do Tocantins	Sorteio	—
Nordeste	IFBaiano	Bom Jesus da Lapa, Catu, Guanambi, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença	Prova e redação	45% das vagas reservadas aos candidatos oriundos de rede pública
Centro Oeste	IFGoiás	Goiânia, Inhumas e Uruaçu	Inscrição, sorteio, palestra e entrevista	—
Sul	IFFarroupilha	Panambi,	Ordem decrescente de idade e entrevista	+ de 60% das vagas reservadas aos candidatos oriundos de rede pública
Sudeste	IFFluminense	Campos dos Goytacazes Centro	Prova	8 pontos para o trabalhador em efetivo exercício
		Campos dos Goytacazes Guarus	Prova	4 pontos para o trabalhador em efetivo exercício + 4 pontos para moradores da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul
		Itaperuna	Prova	4 pontos para o trabalhador em efetivo exercício
		Cabo Frio	Prova	8 pontos para candidato que cursou todo Ensino Fundamental em escola pública
		Bom Jesus do Itabapoana	Prova	25% de vagas extras para candidatos oriundos de escola pública localizada na Zona Rural
		Núcleo Avançado de Quissamã	Prova	4 pontos para trabalhador em efetivo exercício + 4 pontos para candidato residente no município

Fonte: Editais dos respectivos IF's.

A questão dos critérios utilizados para o acesso dos candidatos ao PROEJA é questionada com o intento de ampliar a visão sobre o tema que, em algumas instituições, pode tornar-se mais um entrave.

Observadas palavras legais declaradas em editais como – *processo seletivo via avaliação quantitativa, redação como critério eliminatório, valor da inscrição, realização da inscrição exclusivamente on line, sorteio* – comprometem um dos objetivos do PROEJA que é, entre outros, o de propiciar oportunidade àqueles marginalizados ao sistema.

Pensar nestes sujeitos em condição de competir com outros educandos mais afortunados em experiências educacionais, não atende ao acesso universal, antes se apresenta como mais um impedimento para este contingente populacional desfavorecido.

Acreditando na pertinência do tema como constitutivos e asseguradores da democratização e justiça, e que resulte na reconfiguração de critério na oferta de vagas ao programa, para além das ações afirmativas já citadas no quadro, exemplifica-se tal possibilidade com o critério adotado pelo *Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Caxias do Sul*:

DA SELEÇÃO PARA O CURSO PROEJA - Não haverá prova escrita para o curso na modalidade Proeja. No ato da inscrição o candidato preencherá um formulário sócio-econômico e a classificação obedecerá aos seguintes critérios: a) Idade; b) Situação socioeconômica (renda); c) Situação economicamente ativa (Desempregado (a)/empregado (a)); d) Período afastado dos estudos.

Há condições de definir os candidatos que têm mais urgência de formação, usando critério igual ou semelhante a esse; inserindo ações afirmativas de acordo com cada comunidade; assim serão alcançados os indivíduos que permanecem privados de uma educação de qualidade.

No entanto, além da divulgação plena e o afastamento das dificuldades para o acesso do candidato, são necessárias ações por parte das instituições e dos professores para garantir a permanência desses, agora, alunos.

Citam-se algumas posturas que podem ser assumidas: mostrar que a atitude de voltar a estudar não deve ser motivo de vergonha, mas de orgulho; por meio de atividades ligadas ao cotidiano escolar, ajudar o aluno a identificar o valor e a utilidade do estudo em sua vida. Também elaborar aulas estimulantes e dinâmicas; ser receptivo para conversar, pois muitos vão à escola preocupados com problemas pessoais e profissionais; mostrar que a aula é um momento de troca entre todos e que o saber do

professor não é mais importante que o saber do aluno; valorizar e utilizar os conhecimentos de cada um; promover entre os colegas o sentimento de grupo: quando criam vínculos, eles se sentem estimulados a participar das atividades.

As dimensões aqui apresentadas, da ampliação da implementação do PROEJA, por meio de divulgação, critérios de acesso e permanência dos alunos estão estreitamente ligadas às condições essenciais ao efetivo exercício da cidadania. Um programa que ambiciona tornar-se política pública, cujo alvo da construção está alicerçado na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, pode contribuir para um substancial acréscimo científico, cultural, político e profissional das populações, pela indissociabilidade dessas dimensões no mundo real.

Critérios de acesso e “inovação” do docente nos moldes PROEJA

É interessante destacar que Cury (2004) faz uma importante ressalva: “Um excelente educador não é um ser humano perfeito, mas alguém que tem serenidade para se esvaziar e sensibilidade para aprender”.

O Documento Base define, a respeito dos Recursos Humanos, que a realização do Plano de Trabalho poderá ser executada, tendo a responsabilidade de escolha do pessoal participante no processo à instituição proponente e que poderá ser realizado com profissionais do próprio quadro ou das instituições parceiras.

Expressa, igualmente, que a formação de professores e gestores tem como objetivo a construção de um quadro de referência e a estruturação de formação de ideias e práticas político-pedagógicas que orientem a continuidade do processo, que assegure a elaboração do planejamento das atividades do curso e a socialização das experiências vivenciadas pelas turmas. No entanto, para atingir esse objetivo, é necessário o movimento em duas frentes: um programa de formação continuada sob a responsabilidade das instituições ofertantes, e programas de alcance geral incitados ou organizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC).

O texto documental diz, ainda, que as instituições disponibilizadoras necessitam de oferecer em seu Plano de Trabalho a formação continuada de, no mínimo, 120 horas, com uma etapa prévia ao início do projeto de, no mínimo, 40 horas; participação em seminários regionais, supervisionados pela SETEC/MEC, com intervalo de tempo regular semestral e em seminários nacionais com periodicidade anual, organizados sob sua

responsabilidade; facilitar a participação de professores e gestores em outros planos de formação continuada voltados para áreas que incorram sobre o PROEJA. (BRASIL. Documento Base, 2007, p.59-60).

É de responsabilidade da SETEC/MEC, como gestora nacional do PROEJA, estabelecer programas especiais para a formação de formadores, para o estímulo de pesquisa em educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional por meio de oferecimento de Programas de Especialização em educação de jovens e adultos como modalidade de atendimento no ensino médio integrado à educação profissional e articulação institucional com vista a cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) que recaiam em áreas afins do PROEJA. (BRASIL. Documento Base, 2007, p. 60-61)

O cumprimento destes aspectos operacionais citados são provedores de boa cultura acadêmica e de volumosa transmissão de informações. São esforços, por parte dos idealizadores do programa, positivos; no entanto, por si sós, não são capazes de humanizar e simultaneamente ensinar o professor a proteger-se enquanto desempenha seu papel de “socorrer” os grupos destinatários delimitados pela política de integração EJA e PROEJA.

Mesmo o profissional que atua no PROEJA, com comprovada especialização, significativa capacidade e grande conhecimento que o levam ao domínio dos conteúdos que lhe compete ensinar, não estão isentos dos efeitos da ansiedade e do estresse da profissão. Esse fato é comprovado através de leitura dos editais: afinal, os critérios de aprovação nos concursos para a docência são bem definidos e com elevado grau de exigências em cada área específica.

Nos editais pesquisados, a investidura do (a) candidato (a) ao cargo está condicionada a requisitos comuns a todos os profissionais habilitados a prestarem provas escritas de desempenho didático e títulos para o provimento de cargos do grupo magistério, na categoria funcional de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de – Mato Grosso do Sul, Paraná, Piauí, Amazonas e Fluminense – com o objetivo de analisá-los buscando informações de todas as regiões do país e, desta forma, tecer um comentário bem abrangente.

Este artigo tem, ainda, como finalidade acrescentar experiência tanto aos profissionais que já trabalharam por longos e divergentes períodos em sala de aula, como aqueles que estão iniciando suas caminhadas e, por fim, propor conhecimentos científicos para ajudar àqueles que trilham pelos sinuosos corredores da ação de educar.

Os editais dos IF's anteriormente citados declaram, ainda, que os

títulos – ou declaração de conclusão – de Especialista, Mestre ou Doutor devem estar acompanhados do respectivo Histórico Escolar e terem sido obtidos em curso nacional reconhecido pelo CAPES (Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) ou, se estrangeiro, estar devidamente revalidado por órgão competente.

Também, para efeito de prova de título, são considerados publicação de livros, trabalhos ou artigos em anais de congressos e em revistas técnicas de circulação nacional e/ou internacional, na área em que concorre; ser editor ou organizador de livro editado; tradução de livro ou capítulo; patentes devidamente concedidas, relativas a inventos, orientação, co-orientação de dissertações e teses de mestrado ou doutorado, concluídas com êxito; comprovante de tempo de exercício de magistério no ensino médio ou superior; comprovante de tempo de experiência profissional, exceto magistério, na área a que concorre.

Outra exigência aos profissionais dos Institutos Federais por meio dos editais se faz quanto ao regime e jornada de trabalho em que são comuns palavras como Dedicção Exclusiva, obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, impedimento de exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, conforme o art. 112 da Medida Provisória nº 431/2008, convertida na Lei nº 11.784, de 22/09/08, publicada no DOU de 23/09/08.

Tomar ciência do Documento Base do PROEJA de nível Médio, (2007, p.62-63) é conveniente porque objetiva dar visibilidade ao programa através de um *link* que permitirá acesso a: editais, modelos de planos de trabalho e planos de cursos, contatos entre a SETEC/MEC e instituições participantes, chamadas para eventos, *links* com as páginas das instituições participantes, *links* com outras páginas, selecionadas de acordo com o interesse, exemplos de práticas pedagógicas e educativas e socialização de produções, resultados da parte pública das avaliações do desenvolvimento nas instituições participantes e índices e indicadores do programa. Essa transparência permite que todo profissional se mantenha informado a respeito dos eventos para manter-se inserido no PROEJA, como também objetiva suprir as práticas pedagógicas e educacionais, muitas vezes ausentes nestes profissionais.

As atividades disponibilizadas para acesso constante às informações, fomentando a jornada de reeducar-se academicamente deveriam estar solucionando a questão da não formação didática e pedagógica dos profissionais, no entanto permanece um alto percentual de evasão nestas turmas.

Todas as provas e exigências, inclusive exames/avaliações de saúde

recentes, somados à declaração de que os candidatos habilitados serão nomeados rigorosamente de acordo com a classificação obtida, são medidas que procuram assegurar a melhor equipe de profissionais para provimento de cargos do grupo magistério, na categoria funcional de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos IF's. Porém, não seriam alguns itens de "títulos" mais um descompasso para o PROEJA? Afinal, valorizar experiência profissional de magistério, no ensino médio ou superior, títulos de Especialização, Mestre ou Doutor não vem garantir formação acadêmica didática e práticas pedagógicas voltadas à clientela destinatária. A rigor, é mais coerente contar como prova de títulos comprovante de tempo de exercício profissional de magistério no ensino regular fundamental do 1º (primeiro) ao 9º (nono) anos e, principalmente, na EJA.

Portanto, não bastam uma boa cultura acadêmica e transmissão segura das informações em sala de aula para tornar um excelente profissional em um bom educador.

Este vai além dessa meta, procurando até mesmo conhecer o funcionamento da mente humana a fim de educar e reeducar-se com a finalidade de encontrar respostas diferentes daquelas que já estão na mente dos educandos.

É preciso quebrar pedras com o forte e adequado instrumento da paciência, semear ideias libertadoras com as mãos da determinação e cultivar, com esforço, os territórios mais difíceis de serem trabalhados, os da inteligência e da emoção. Como aponta Cury (2003): "Educar é ser um artesão da personalidade, um poeta da inteligência, um semeador de ideias".

Neste ponto da análise a que se propõe esse trabalho, surge a figura do educando. No entanto, antes se faz necessário o reconhecimento de que o docente sempre será discente e como tal, além de reeducar-se para ensinar, é preciso reeducar-se para se proteger dos desgastes inerentes à profissão.

Como há uma multiplicação de produção de conhecimentos que exigem do professor uma busca constante para informar, transformar e reformar-se ao mesmo tempo em que toma posse de algo positivo, no caso, o acréscimo do saber, por outro lado, adquire o ativismo (no sentido negativo da palavra) excesso de atividades e informações que minam a qualidade de vida.

Para apresentar propostas que venham amenizar o problema do ativismo, já que falar em solução definitiva seria muita pretensão, visto que as pedras devem ser quebradas a cada dia, à medida que vão surgindo pelo caminho, serão usados os termos, alunos e educandos ao se referir, exclusivamente, aos discentes. Serão usados, professores e educadores ao referir-se, particularmente, aos docentes. E referindo-se, ao professor como

educando, será proferido docente-discente.

Freire (1996) faz afirmações ponderando sobre o ato de ensinar, a começar afirmando que “não há docência sem discência”. É legítimo acrescentar que a prática de instruir vai preparando o iniciante confirmando alguns saberes, corrigindo outros e vai possibilitando que se torne um educador. Nessa perspectiva, o docente é, também, permanentemente um discente:

É preciso que, [...], desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem *formar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. (FREIRE, 1996, p.23).

Dentre muitas outras exigências, ensinar requer respeito à autonomia gerada, à medida da oportunidade que lhe é concedida, capaz de modificar o ser do educando, a fim de contribuir para desenvolver no aluno a capacidade de transformar a informação em conhecimento e o conhecimento em experiência.

Ensinar requer pesquisa constante, pois faz parte da prática docente, a indagação e a busca. A dúvida é o primeiro degrau da sabedoria. Exige respeito aos saberes do educando, sobretudo dos grupos alvos da EJA e do PROEJA, pelo fato de serem constituídos por classes populares, que trazem saberes socialmente construídos na prática comunitária.

Ensinar confere a materialização das palavras pelo exemplo, pois apesar de o provérbio popular afirmar que “o exemplo fala mais alto que as palavras” no âmbito da educação, ambos constituem-se igualmente eficazes, principalmente se as palavras forem equilibradas com autoridade (não autoritarismo) e brandura. Como sinaliza Cury (2008), “os riscos abortam nossa neurose de grandeza e nos fazem enxergar a grandeza das coisas pequenas, como a suavidade da brisa, as gotas de orvalho, as pulsações do coração, o sorriso de uma criança, a fé de um idoso”.

Demanda risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, pois a implementação³ do PROEJA aspira à inserção dos marginalizados com a finalidade de dar sua parcela de contribuição para formar uma sociedade mais justa.

³ Para obter uma visão mais ampla sobre Implantação do PROEJA numa perspectiva de resgate da autoestima do trabalhador, consultar Dialogando PROEJA: algumas contribuições/Organizado por Cristina Guimaraes, Guiomar Valdez. - Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2009. (Cap. 2, p. 35-63).

Ensinar necessita reflexão crítica sobre a prática, objetivando levar o docente-discente, à decisão de mudanças, a todo o momento que se fizer necessário. O exercício do ensino crítico envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. Por esse motivo, na prática de formação docente, faz-se necessário que o aprendiz de educador internalize que o indispensável é levar à produção, pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador.

Exige o reconhecimento e a ação de assumir a identidade cultural, porque a experiência histórica, política, cultural e social dos jovens, homens e mulheres não pode ser ignorada pela docência, pois é nas tramas do espaço escolar que se encontra o caráter socializante da escola, no que há de informal na experiência que se vive nela, experiência de formação ou deformação. Ignorar esta exigência torna-se constitutivo o risco de fracasso do avanço, ainda que lento, dos sonhos de todos os que fazem parte do sistema educacional.

Todas essas exigências do ato de ensinar constituem-se essenciais para que haja um virtuoso e eficiente relacionamento professor-aluno, sem as quais a prática de ensino se vê comprometida por tornar-se, em curto espaço de tempo, obsoleta e negligente aos princípios e concepções regentes do programa.

Assim sendo, o docente, diariamente (senão a todo instante), percebe-se num labirinto, tendo que fazer uma escolha entre dois caminhos, o corredor da indagação: pesquisas, cursos de capacitação e aprimoramento dos saberes, das novas metodologias e recursos tecnológicos que o levam, simultaneamente, para a continuidade de valorização e preparo, mas também, ao perigo emocional dos excessos de compromissos e ativismos. E, entre o corredor da estagnação: impossibilidade, despreparo, desvalorização, desmotivação, desrespeito, violência, forças que se esvaem pela exaustiva rotina, e sintomas psicossomáticos por perda da saúde emocional. Ambos os corredores cercam o educador de perigos emocionais como tensão, ansiedade, angústia e insegurança, por ter que enfrentar diariamente todos esses comprometimentos.

Envolvido no processo sócio educacional que se firma na transmissibilidade de conhecimentos, o docente se torna um profissional que aprende a usar o conhecimento como instrumento de trabalho. No entanto, precisa apropriar-se desses conhecimentos com a finalidade de desenvolver uma prática de defesa própria através da inteligência, ser capaz de internalizar-se a fim de sondar sua própria mente, equilibrar o processo de interpretação através da democracia das ideias, tornando-se um educador humanista, que usa seus erros, frustrações, perdas e dores para aprender a

se colocar no lugar do outro e a perceber que ele, de igual maneira, possui dores e necessidades psicossociais.

Aceitar o desafio de mover-se no labirinto como docente-discente pode levar o profissional a encontrar maneiras próprias de agir para educar e reeducar-se, como diz Hernández (1998, p.13): “as inovações ou são realizadas pelos professores ou acabam não acontecendo”.

Prática docente e a construção do conhecimento

Para que se possa falar sobre o processo de aquisição do conhecimento de jovens e adultos, necessário se faz mencionar, brevemente, alguns conceitos de um dos maiores expoentes da história do pensamento pedagógico no Ocidente, Lev Vygotsky⁴, que dedicou sua vida à observação científica rigorosa no processo de conhecimento pelo ser humano.

Alguns pontos salientes de sua obra: não possui uma teoria pedagógica; rejeita as teorias inatistas (que atribuem à hereditariedade as condições de evolução do pensamento individual), empiristas (doutrina que admite que o conhecimento provenha unicamente da experiência) e comportamentais (que vêem o ser humano como um produto dos estímulos externos); o aprendizado ocorre por interação entre estruturas internas e contextos externos.

Quanto ao terceiro ponto, cumpre destacar que, segundo Vygotsky, esse aprendizado depende fundamentalmente da influência ativa do meio social. Ainda, sobre o desenvolvimento e aprendizagem vygotskyana, em que ele defende a corrente interacionista, ou seja, interativa, sociocultural e, por sua percepção da instituição escolar na formação do conhecimento, é a teoria que mais se aproxima e que está mais ligada à EJA e ao PROEJA.

Vale ressaltar que o motivo à menção das idéias de Vygotsky é embasar subsídios que tragam benefícios a uma prática docente pertinente e mais eficaz ao público, nos moldes, da EJA e do PROEJA, enriquecendo-as com estudos contemporâneos do cientista teórico, pensador humanista da Psicologia e da Filosofia, psiquiatra, psicoterapeuta, pesquisador e autor da teoria Inteligência Multifocal⁵ ou Psicologia Multifocal⁶, Cury (2006), que se propõe a estudar a confecção do mundo das idéias.

⁴ Para conhecer mais sobre sua vida e teoria, ver *Revista Nova Escola*: edição especial grandes pensadores, p. 58 - 60. São Paulo: Abril.

⁵ Para conhecer e entender com maior profundidade esta teoria revolucionária sobre o funcionamento da mente, ler o livro *Inteligência Multifocal* do Dr. Augusto Jorge Cury. São Paulo: Cultrix, 2006.

⁶ Nome norte-americano que passará a ser adotado mundialmente.

A definição de inteligência para essa teoria, além de complexa, é diferente de outras, pois entra em áreas que outros autores não tiveram oportunidade de estudar, como os fenômenos que atuam em frações de segundos na construção das cadeias de pensamentos, imagens mentais, idéias. Apesar dessas descobertas e de sua difusão, de acordo com o próprio autor, nenhuma teoria é verdadeira em si. De suas hipóteses e de seus conceitos e argumentos, derivam os conhecimentos. Esclarecido esse ponto, não se deve afirmar que tal teoria seja melhor do que as teorias de outros autores consagrados como Freud, Jung, Gardner⁷, Goleman⁸, Morim, Piaget. Muitas teorias, como as teorias de Daniel Goleman, com a *Inteligência Emocional*, de Howard Gardner, com as *Inteligências Múltiplas*, de Cury, com a *Inteligência Multifocal* podem ajudar o professor. No entanto, levando em consideração sua aplicabilidade na educação, este artigo limitou-se a citar a teoria de Cury.

Portanto, a Inteligência Multifocal, definida resumidamente entra em três grandes áreas. As duas primeiras são inconscientes e a última, consciente. A primeira área refere-se aos fenômenos inconscientes que atuam em milésimos de segundos no resgate e na organização das informações da memória e conclusivamente na construção dos pensamentos e emoções; registrada milhares de vezes por dia, tudo o que se percebe, sente, pensa, experimenta, constituem-se tijolos na construção da plataforma que forma o EU.

A segunda área faz alusão às variáveis: “como está” (estado emocional e motivacional), “quem é” (a história existencial arquivada nas janelas da memória), “onde está” (ambiente social), “quem é geneticamente” (natureza genética e a matriz metabólica cerebral) e o “como atua como gestor da psique” (o EU como diretor do roteiro de sua história) que influenciam em pequenas frações de segundos os fenômenos que leem a memória e produzem os pensamentos, imagens mentais, idéias e fantasias.

A terceira área da inteligência se refere aos resultados das duas primeiras áreas e, de acordo com o conceito da Psicologia Multifocal, é nesta área que se encontram os comportamentos perceptíveis, capazes de serem avaliados e analisados (rapidez de raciocínio, o grau de memorização, a capacidade de assimilação de informações, o nível de maturidade nos focos de tensão e, também, o nível de tolerância, inclusão, solidariedade, generosidade, altruísmo, segurança, timidez e empreendedorismo), bem

⁷ Sobre esta teoria ler o livro *Inteligência Múltiplas*. Howard Gardner. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

⁸ Sobre esta teoria ler o livro *Inteligência Emocional*. Daniel Goleman. Rio de Janeiro: Objetivo, 1995.

como é nesta área que são feitos os mais variados testes para serem medidos os mais diversos tipos de quocientes de inteligência.

Assim sendo, fica claro que “capacidades” que são aferidas em um momento, se forem mudadas as variáveis (como está, onde está, níveis de gestão psíquica), não são aferidas em outros. Todos os testes são circunstanciais, parciais e incompletos. Nenhum deles é definitivo.

Após esta sucinta definição de inteligência para a Psicologia Multifocal, enumerar problemas de aprendizagem e alcançar soluções para alunos de uma turma infantil em que se está trabalhando e diagnosticando dificuldades na gênese do processo de conhecimento, já não é tarefa fácil, mas, diagnosticar em turmas da EJA e do PROEJA, em que os educandos já trazem conhecimentos e algumas experiências, que são válidas para os cursos em que estejam inseridos é tarefa árdua para as instituições e educadores. É compreensível que haja atrasos em determinadas disciplinas propedêuticas necessárias para uma formação de qualidade, o que é objetivo inegável do programa, sabe-se da dificuldade de aporte teórico para as questões trabalhadas a respeito dos jovens e adultos que retornam à escola fora da faixa etária adequada.

Às dificuldades citadas, somadas à dificuldade de aprendizagem (obstáculos experimentados por todos), distúrbio de aprendizagem (transtornos mais complexos de natureza patológica, em que uma desordem em um ou mais processos podem trazer manifestação de um problema na habilidade para escutar, falar, ler, escrever, soletrar, ou fazer cálculos matemáticos – incluindo retardo mental, deficiências sensoriais, incapacidades motoras e ou perturbações emocionais graves) e histórias singulares e traumáticas de vidas, são desafios que se impõem aos educadores e às instituições oferecedoras do PROEJA.

É preciso pensar que num futuro próximo as instituições usarão critérios para acolher em suas instalações pessoas que de fato necessitem de uma política educacional capaz de responder à grande demanda de suas urgentes necessidades.

Portanto, é essencial para o docente saber como o aluno aprende e entender quais são as faculdades de perceber, de conhecer as concepções sociais dos jovens e adultos, para ensinar bem. Entender, também, que com as ligeiras e grandes mudanças ocorridas em nossa sociedade e no mundo, e conseqüentemente a abundância de informações, ao mesmo tempo em que se exigem mais anos de escolaridade, requer-se uma seleção de conteúdo contextualizado e rapidez na sua transmissão, sem perder a qualidade, devido ao fator determinante, à economia, causa prioritária dos investimentos na educação.

No entanto, o corpo docente desse país, excetuando os profissionais do PROEJA (que se espera a permanência da formação continuada) tem de aprender com projetos e descobrir como cada aluno aprende. Esses projetos devem partir de uma problemática, ou seja, de uma necessidade – do contexto social do(s) aluno(s) – para que ele(s) perceba(m) que a escola tem ligação com a vida lá fora, a escola é uma extensão de vidas.

Vencer o inimigo “professor presente em sala de aula e o aluno em outro mundo” é tarefa difícil, já que os jovens conhecem cada vez mais o mundo em que estão, mas quase nada sobre o mundo que são, pois lidar com a juvenização na EJA e no PROEJA implica lidar, em sua maioria, com alunos de “mente agitada”, que sofrem por antecipação, que têm fadiga excessiva, apresentam déficit de concentração, esquecimento, alienação, dificuldade de contemplar o belo nos pequenos estímulos da rotina e sintomas psicossomáticos. O quadro agrava-se quando o docente-discente está ou é portador desses sintomas.

Outros agravantes da juvenização na EJA e no PROEJA acontecem quando há guetos no mesmo espaço escolar e a Síndrome do Pensamento Acelerado (SPA).

O SPA é decorrente do aumento exagerado da construção de pensamentos [...], do excesso de informações [...], do excesso de estímulo da TV, da paranóia do consumismo, das pressões sociais, da competição excessiva. [...] Por ter coletivamente a SPA, a juventude mundial viaja em suas fantasias e idéias, não se concentra, tem conversas paralelas e tumultua o ambiente da sala de aula. (CURY, 2004, p.120).

No entanto, o citado inimigo, “professor presente em sala de aula e o aluno em outro mundo” se faz presente, também, entre os adultos que se matriculam em uma instituição para estudar, possivelmente, com os problemas já citados acrescidos de outros como: autoestima devastada, vergonha de nunca ter estudado ou de ter parado de estudar há muitos anos, medo do ridículo e do desconhecido, cansaço que torna tentador ir para casa dormir, assistir à TV, ficar com a família e/ou amigos depois de um dia inteiro de trabalho.

Sabendo-se que nos cursos PROEJA o público-alvo traz uma trajetória de interrupção, traumas, experiências únicas, a dor da apartação de uma sociedade excludente, e, por isso mesmo, esta clientela, mais especificamente o adulto, possui a consciência de inconclusão, o que pode proporcionar a essa mesma clientela, um pouco mais de visão para tornar-se

automotivada a vencer angústias, falta de autoestima, timidez, insegurança e, provavelmente, outros tantos fatores não mencionados.

É de suma importância que os profissionais de educação das instituições proponentes, conhecedores da clientela de direito a que o PROEJA se propõe alcançar (e que se espera que, a cada semestre, venha aumentar, substituindo assim, um grande percentual de alunos que não deveriam estar ocupando estas vagas) estejam conscientes e preparando-se no intelecto, no físico e emocionalmente para desempenharem essa grande responsabilidade, pois onde há vida, há inacabamento. Mas, também, cientes da responsabilidade de serem provedores de cargos do grupo magistério na categoria funcional de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, estarão tendo a oportunidade de dar continuidade ao processo de (in) conclusão dos educandos e de si mesmos.

“Ensinar não é transferir conhecimentos”, nos diz Freire (2008) e sim é criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção, instigando no educando o desenvolvimento: “o gerenciamento dos pensamentos, a administração das emoções, o desenvolvimento da autoestima, a liderança de si mesmo, o trabalhar perdas e frustrações e a superação de conflitos” (CURY, 2004).

O Projeto Escola da Vida⁹, de Augusto Cury, conduz os educadores a aplicarem dez técnicas pedagógicas que intentam contribuir para ocasionar mudanças perenes na educação. Este artigo oferece, a partir deste ponto da análise, algumas propostas de mudanças de atitudes ou, em alguns casos, a confirmação dessas propostas no desempenho da tarefa de educar, pois se o docente-discente internalizá-las para sua aplicabilidade, e quanto melhor for a qualidade da educação, melhor será a qualidade de vida de todos.

O educador deve valorizar mais o aluno que erra do que o próprio erro, pois correção com palavras humilhantes gera baixa autoestima, sentimento de incapacidade e baixo rendimento.

A prática do hábito de policiar-se nas palavras e atitudes na hora de corrigir o aluno traz benefícios para o discente e para o docente-discente: cuidar do pensamento no palco da mente é cuidar da qualidade de vida; zelar pelo que se sente no presente é cuidar do futuro emocional, transformar a qualidade de arquivamento das informações, ou seja, transformar as experiências negativas em positivas atenua traumas, transformando a memória em solo fértil.

⁹ O Projeto Escola da Vida está contido no livro *Pais brilhantes, professores fascinantes*, 2003. p.119 a 155, publicado pela Editora Sextante.

Ensinar estimulando a emoção desacelera o pensamento, melhora a concentração, produz um registro privilegiado, portanto, ensinar, aconselhar e orientar sem provocar emoção positiva não gera educação, apenas informação.

A descoberta de que há grande possibilidade de incorporar novas características de personalidade, superar traumas e transtornos emocionais reescrevendo a memória, reeditando o filme do inconsciente de maneira inteligente, construindo novas experiências que serão arquivadas no lugar das antigas, capacitando o discente e o docente-discente a serem autores de suas histórias traz esperança para os grupos destinatários da EJA e do PROEJA.

A tranquilidade abre possibilidades para as pessoas serem mais eficientes, em contra partida, a ansiedade compromete o desempenho intelectual e leva a reações instintivas. Como docente-discente, estar sempre atento a que, para corrigir ou ajudar o educando e/ou a si mesmo, primeiro deve-se conquistar a emoção para depois conquistar a razão.

Não existe lembrança pura, a reconstrução do passado sofre a influência do estado emocional e do ambiente social em que se está tornando esta mesma lembrança mais próxima ou mais distante da experiência original. Nesse caso, a memória é um centro de criações que permite como consequência positiva a possibilidade de libertação de recordações indesejáveis, podendo a pessoa distanciá-las da experiência original reduzindo o nível de sofrimento atraído pela lembrança do fato, significando que o professor conhecedor dessa verdade pode atuar, também, ajudando o educando e a si próprio.

Outras implicações pelo fato de não existir lembrança pura: provas escolares fechadas não medem a arte de pensar, a quantidade exagerada de informações é estressante, a maioria das informações se perde e nunca mais será lembrada. Estar sempre revendo o currículo, mais carinhosamente o da EJA e do PROEJA, para que o tempo passado na escola seja aproveitado ao máximo possível, com a finalidade de conscientizar as parcelas desfavorecidas da sociedade, de levá-las a entender sua situação de oprimidas e agir em favor da própria libertação. Dessa maneira, o processo de alfabetização política constituir-se-á em conscientização para esforços de ações humanizadoras.

O educador-discente precisa buscar informações, organizá-las em conjunto, filtrar o importante, dar-lhes significado (aquisição de conhecimento), saber manipular os conhecimentos (habilidade), usar esses conhecimentos (competência). Feito isso, ocorrerá a transposição didática, ou seja, irá ensinar o aluno a fazê-lo também, lembrando que o aluno para

aprender precisa ser estimulado e sentir prazer, especialmente o público alvo da EJA e do PROEJA, portanto as aulas precisam ser dinâmicas e estimulantes.

Ao aplicar os princípios psicoterapêuticos derivados do processo de construção da inteligência¹⁰, estimula-se o resgate da liderança do EU e faz-se com que os indivíduos deixem de ser espectadores passivos de misérias psíquicas e passem a ser agentes modificadores de sua personalidade.

Atualmente, muitas tarefas que não lhes compete, estão sendo colocadas sobre os ombros dos professores. Pensando nessa dura realidade e ciente de que a teoria, mesmo que sinteticamente apresentada, pode ser uma ferramenta de alto impacto na educação de jovens e adultos e na reeducação do professor (dos pontos de vista psicoterapêutico, filosófico e pedagógico) espera-se que venha aguçar o desejo da continuidade de busca por uma constante reeducação. Justifica-se pela clara visão de que o estudo citado (a Inteligência Multifocal) para embasar a tarefa de educar não se constitui em livro de auto-ajuda mas, de ciência aplicada.

Como teoria de ciência aplicada objetiva disponibilizar ferramentas a fim de estimular o debate de idéias para que os leitores aprendam a atuar em seu psiquismo, a desenvolver consciência crítica, proteger sua emoção, tornar-se gestor de sua mente, ser capaz de expandir seu potencial intelectual e prevenir transtornos psíquicos. Enfim, “como poço dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim” (FREIRE, 1996).

O educador-transformador contribui para desenvolver em si mesmo e em seus alunos mudanças tais quais: auto-estima, segurança, tolerância, solidariedade, perseverança, proteção contra os estímulos estressantes, pensar antes de agir, expor e não impor as ideias, capacidade de debater, de questionar, de estabelecer metas, amor pela vida, de trabalhar em equipe, capacidade de contemplação do belo, de perdoar, de fazer amigos, de socializar, e tantas outras. No entanto, a última implicação que será citada pela prática da mudança de atitude, consiste na permissão ao ser humano de ser criativo.

¹⁰ Sobre mais exercícios práticos para desenvolver os códigos da inteligência e protege-ser das armadilhas da mente, ler e praticar os ensinamentos contidos no livro *O código da inteligência: guia de estudos*, 2009. Publicado pela Editora Thomas Nelson Brasil.

Considerações Finais

A preocupação constante, norteadora desta leitura sistemática, constituiu-se no uso, das palavras para reivindicar direitos e denunciar injustiças, tornando-se a voz dos marginalizados, dos procedentes de grupos em desvantagem social, dos desvalidos (não de sorte, mas de justiça) dos alienados neste imenso Brasil.

Referendado por artigos da Constituição, foram revistos conceitos e princípios do Documento Base do PROEJA na intenção de fazer ecoar nos ouvidos e na consciência dos que possam transformar palavras em atitudes e ações efetivas.

Quanto ao descompasso na gênese de implementação do programa, como crítica positiva, percebe-se a possibilidade de prevenir novos erros, pois ser sábio é usar os erros, próprios ou alheios, para se construir.

Objetivou-se apresentar deficiências na divulgação e nos critérios de acesso dos alunos, para renovar idéias que concorram para a eficácia desse objetivo, nos moldes do programa, a fim de atrair, acolher, facilitar o acesso, a permanência e a conclusão do ensino técnico do público-alvo do PROEJA concretizando essa política pública de Estado, que visa motivá-los para uma educação permanente, que permita a esses sujeitos serem participativos no processo lucrativo dos diversos setores produtivos de nossa Nação.

Ainda como contribuição para permanência dos educandos, observou-se o critério de acesso do professor, questionando a supervalorização do academicismo, não se desfazendo do embasamento teórico, mas propondo formação e/ou reformulação da visão de sala de aula, para os professores que atuam sem práticas pedagógicas e metodológicas. Questionou-se a desvalorização da experiência dos docentes que atuam nessa modalidade, que já dimensionam as dificuldades de perfil dessas turmas: falta de base sólida de conhecimentos advindos do ensino básico, muitas vezes não participativos, com diferenças de idade e maturidade, escolaridade e cultura, ou seja, o processo de formação desses sujeitos.

Enfim, o profissional que se tem conformado em apenas ser professor, toca na sua formação acadêmica, na qual ainda há muito a pesquisar e mover ações que o qualifiquem melhor, por consolidação de renovadas leis que garantam o seu desempenho, impulsionando-o ao encontro de ferramentas que podem desobstruir passagens em si mesmo e em outros, tornando-se educador, formador de educandos-pensadores, construtores de ideias e, finalmente, transformando o homem e sua realidade, independente de sua idade e formação, em trabalhadores-cidadãos ativos.

Referências

BRASIL. *Decreto nº 5.154*, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 23 de julho de 2004.

_____. *Decreto nº 5.224*, de 01 de outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências, Brasília, DF: 23 de julho de 2004.

_____. *Decreto nº 5.478*, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2005.

CURY, Augusto Jorge. *Pais brilhantes, professores fascinantes* Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

_____. *Nunca desista dos seus sonhos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004. p.120.

_____. *Inteligência Multifocal: análise e construção dos pensamentos e da formação de pensadores*. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. *O código da inteligência: a formação de mentes brilhantes e a busca pela excelência emocional e profissional*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil/Ediouro, 2008. p.59

_____. *O código da inteligência: guia de estudo*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil/Ediouro, 2009. p. 8.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Cristina Guimarães; VALDEZ, Guiomar (Orgs.). *Dialogando PROEJA: algumas contribuições*. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2009.

HERNÁNDEZ, Fernando. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998. p.13.

MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. História do PROEJA: entre desafios e possibilidades. In: BARRACHO, Maria das Graças; SILVA, Amélia Cristina Reis. *Formação de educadores para o PROEJA: intervir para integrar*. Natal: Editora do CEFET-RN, 2007.

SOARES, Suely Galli. *Educação e Comunicação: o ideal de inclusão pelas tecnologias de informação. Otimismo exacerbado e lucidez pedagógica*. São Paulo: Cortez, 1998

REVISTA Nova Escola. Edição especial Grandes Pensadores. São Paulo: Editora Abril, 2003.

REVISTA Nova Escola, São Paulo: Editora Abril, v. 184, p. 54, 2005.

Sites consultados

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/constituicao%20federal.htm>>. Acesso em: 16 maio 2010.

Disponível em: http://www.portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/tcc_operfil.pdf_Similares>. Acesso em: 17 maio 2010.

Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em: 17 maio 2010.

Disponível em: <<http://www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id:5633ProfessoreAdvogadoPedroPereiradosSantosPeres>> . Acesso em: 20 maio 2010.

HISTÓRICO da EJA. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/conteudo.php?sid=154&parent=45>>. Acesso em: : 27 maio 2010.

O que é o PROEJA? Disponível em: <http://www.universitario.com.br/noticias/noticias_noticia.php?id_noticia=6365> Acesso em: 31 maio 2010. Disponível em: <<http://caxias.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201054101322330edital.pdf>> . Acesso em: 7 jun. 2010.

PROEJA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288:programa-nacional-de-integracao-da-educacao-profissional-com-a-educacao-basica-na-modalidade-de-educacao-de-jovens-e-adultos-proeja&catid=259:proeja-&Itemid=562> Acesso em: 24 ago. 2010.

Disponível em: <<http://www.professorefetivo.com.br/concursos/Edital-Concurso-Professor-IFMS-MS.html>>. Acesso em: 21 ago. 2010.

Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/concursos/campi/IFMS/arquivos/Edital_054_2010_CPCP_IFMS.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2010.

Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/ifgoiano->

instituto-federal-goiano-go-10-vagas >. Acesso em: 21 ago. 2010.

Dispon vel em: <<http://www.concursoseprovas.com.br/editais/edital-instituto-federal-de-educacao-ciencia-tecnologia-rn.html>>. Acesso em: 21 ago. 2010.

Dispon vel em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/iff-instituto-federal-fluminense-rj-18-vagas>>. Acesso em: 26 ago. 2010.

